

se impõem, não descreio do patriotismo e da capacidade realizadora de um povo, cuja maturidade política e cuja vocação para as soluções ditadas pelo espírito de ordem e de respeito à lei e às instituições democráticas se confirmaram por ocasião dos acontecimentos de agosto, que nos haviam levado à beira da guerra civil.

Mal saídos do estado de perplexidade em que a todos colocara a renúncia do Presidente Jânio Quadros, Parlamento e Forças Armadas, inspirados no patriótico princípio de legalidade e empenhados na preservação da ordem pública e na manutenção da paz da família brasileira, souberam, com o apoio do povo, afastar a crise que obscurecia os horizontes da Nação. Não lhes faltou, de resto, nessa hora crítica, a solidariedade irrestrita desta Colenda Assembléia e de quem a ela se dirige nesta oportunidade.

Uma só deveria ter sido a decisão. E ela foi tomada. Cumpriram-se o espírito e a letra do nosso Estatuto Político; deu-se posse a quem a ela tinha direito.

Refeito do trauma que o atingiu, não se firmou, porém, o País, em seus novos rumos. Mais do que nunca é necessário que se assegurem os princípios, que nos devem ser sagrados, da defesa da integridade e da nossa soberania, da autoridade e da ordem jurídica legitimamente constituídas. Vencida a crise e vitoriosa a Democracia, a ninguém é lícito, sob pena de incorrer no crime de lesa-Pátria, recusar seu concurso para a estabilidade do regime e a definitiva pacificação dos espíritos, pois, conforme já o disse algures, penso que o futuro que nos espera e que, confio, há de exprimir a harmonia e o equilíbrio das forças nacionais, a equanimidade do nosso povo e a sua aspiração de paz e de justiça social, de nenhum modo poderá ser o fruto de elucubrações apressadas ou de suspeitos movimentos de opinião. Magnos problemas devem ser equacionados, sem tardança e com coragem, pelo Governo da República, problemas de cuja solução dependerá a sorte deste País. A grandeza de nossa Pátria só poderá ser construída pelo trabalho, que cria riqueza; pelo sacrifício e pela austeridade; pelo esforço metódico, capaz, calmo e fecundo; pela firme determinação de superar o subdesenvolvimento, que asfixia e sacrifica grande parcela da população brasileira.

Reporto-me, a este propósito, à afirmação por mim feita em mensagem dirigida a esta Casa, precisamente há um ano, e que, apesar da superveniência de fatos novos, reputo ainda de todo válida e oportuna. Nada poderá deter as forças de nossa Pátria, que se transforma e se apresta para assumir, num momento próximo, a posição que lhe compete no concerto das Nações.

Reitero, também, com a mesma ênfase, o testemunho de minha fé indestrutível nas forças nascentes da nova consciência política que se inaugurou no País. Corporificam, elas, a manifestação espontânea de todo o povo, de aplauso e apoio a uma concepção de governo pautada pela seriedade de propósitos, pelo planejamento e pela moralização administrativa e identificada com os anseios da coletividade, justificadamente confusa em face do desconcertante contraste entre as visíveis possibilidades de progresso e de melhoria de suas condições de vida e as crescentes dificuldades com que havia de lutar e luta ainda.

O quadro não se alterou.

Nada poderá impedir a participação mais direta do povo e o peso de sua vontade nos fastos da vida pública.

Os acontecimentos de agosto devem ser havidos como simples episódio de um processo em evolução e já irreversível, como conquista que representa.

Aos políticos e aos governantes cumpre acompanhá-lo, ou perecer.

Esteja certa a Nação de que neste passo não lhe faltará, como não lhe faltou nunca, o Estado de São Paulo, na sua constante solidariedade à Federação, na sua indiscutível vocação para a unidade nacional, que adquire agora um sentido diverso, não simplesmente político.

Cumpra que aproveitemos o imenso potencial de riqueza e energia contido no corpo desta Nação. E que, defendendo-o com altivez, mas também com realismo, corrijamos o nosso desequilíbrio estrutural para dar-lhe aquêlê vigor que é a condição primeira da harmonia social.

Lembro que, ao ter tido a honra de encerrar os trabalhos do Ciclo de Estudos sobre a Integração do Nordeste, salientei a circunstância de possuímos, nós, paulistas, a consciência de que nossa prosperidade depende da harmonia do todo nacional. Lembro, também, haver afirmado não mais se justificarem economias estanques, nem existirem, diante dos recursos da técnica, e se adotada política adequada, quaisquer obstáculos intransponíveis à realização imediata da real e verdadeira integração de todas as parcelas da nacionalidade — parcelas da terra e parcelas de populações.

Recordo que, na Declaração de Princípios aprovada pelo referido Ciclo de Estudos, se reconheceu, inclusive, que o Nordeste, onde mais fortemente se fazem sentir os efeitos do subdesenvolvimento, possui recursos naturais e humanos que podem ser mobilizados para um rápido processo de desenvolvimento econômico; e que a dinamização da economia dessa região, inclusive a disciplina de sua estrutura agrária, é a forma mais objetiva de assegurar à indústria nacional mercado mais amplo e subordinado exclusivamente às forças do próprio sistema econômico do País.

Aí estão, portanto, os dados essenciais à promoção do desenvolvimento das regiões economicamente mais fracas do País, à espera de que os utilizemos.

Na verdade, se o desenvolvimento sofre o influxo de inconstantes leis econômicas e se processa até certo ponto, por assim dizer, de modo natural, movido, entre outros fatores, pela iniciativa particular através de investimentos reprodutivos concentrados no setor privado, deve reconhecer-se também, conforme o declarou o preclaro Presidente do Conselho de Ministros, Senhor Tancredo Neves, ainda recentemente, ao se encerrarem nesta Capital os trabalhos do II Ciclo de Estudos Sobre a Integração do Nordeste, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos Superiores, deve reconhecer-se também, repito, o papel altamente positivo que o Governo pode e deve desempenhar, como força promocional desse desenvolvimento, empregando os múltiplos instrumentos de que dispõe para estímulo e suplementação daquela iniciativa particular, avultando, portanto, suas responsabilidades.

Todavia e a despeito de se haver alterado profundamente a estrutura econômica nacional, agravando-se, máxime nestas últimas décadas, o desnível entre as várias regiões do País, tem faltado, ao Governo Federal, uma autêntica política de desenvolvimento, harmônico e equilibrado, de nossa economia, dada a ausência de uma visão panorâmica do problema e de adequado trabalho de planejamento. É o que declara Sua Excelência ao acentuar a ineficácia e os efeitos negativos das medidas até há pouco postas em prática, as quais têm importado, tradicionalmente, na pulverização de recursos orçamentários e na elevação do "coeficiente de desperdício".

A consideração desses fatos levou o Governo Federal a dar execução ao Plano Diretor da SUDENE, como remédio para o dramático quadro de frustração e de desespero, que é o problema do Nordeste.

Manifestando o decidido apoio a todas as iniciativas que objetivem bani-lo, como problema, do inquietante e sombrio panorama nacional, e assegurando a fraternal cooperação do Estado de São Paulo, através de seu Governo, no sentido de que se criem naquela região do País condições que lhe propiciem riqueza, desenvolvimento e progresso, externo também a esperança de que esse desiderato venha, a breve prazo, a ser efetivamente alcançado, deixando a miséria de milhões de brasileiros de servir de pasto à traficância e à demagogia, de tema a digressões quiçá brilhantes, porém desprovidas de conteúdo prático, de repertório de injustas acusações e ressentimentos.

Volto a afirmar que não existe apenas um problema específico do Nordeste, divorciado da realidade brasileira, mas um problema nacional, que deve ser tratado e resolvido em bases nacionais de unidade não só política como também econômica e espiritual, que reclama a mobilização de todos os recursos do País, mas desaconselha, porisso mesmo, a abstração dos dados ligados aos crescentes riscos que nos rodeiam.

Encaro dentro desta orientação sadia, humana e construtiva, a redenção do Nordeste e de todas as regiões menos desenvolvidas do País, inspirado nos mais puros sentimentos de brasilidade e com plena consciência de que a riqueza e a prosperidade de nossos irmãos de outros Estados só poderão concorrer para que se mantenham e fortaleçam a economia e as condições de vida dos paulistas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Convencido, embora, de que a satisfação das exigências materiais do indivíduo não deve erigir-se em culto, cumprindo também assegurar ao homem o direito fundamental de liberdade, não ignoro que o bem estar econômico se constitui em penhor e apoio da harmonia, seja esta considerada do ponto de vista da concepção unitária dos interesses de brasileiros dos vários Estados da Federação, seja do ponto de vista ainda mais amplo e profundo do problema social em seus vários aspectos, o qual